

## **DISCURSO: LUGAR DE PRODUÇÃO DE SENTIDOS E DE LUTA PELA VERDADE**

### **DISCOURSE: PLACE OF PRODUCTION OF SENSE AND CONFLICT TO THE TRUTH**

**Névio de Campos<sup>1</sup>**

*Recebido para publicação em 29/09/07*

*Aceito para publicação em 09/10/07*

#### **RESUMO**

Este artigo, por um lado, visa discutir o problema do discurso, da linguagem e da ideologia. Neste aspecto, o discurso é entendido como um tipo de sentido, isto é, um efeito de sentido, uma ideologia, materializada na língua. Por outro, objetiva analisar os debates estabelecidos sobre o pedágio nas rodovias do Estado do Paraná, no decorrer de dezembro de 2003 e início de fevereiro de 2004, entre representantes do governo, das administradoras das rodovias pedagiadas, do Poder Judiciário, de outras instituições, bem como por cidadãos paranaenses que expressaram suas idéias nas colunas da imprensa da capital paranaense. Neste sentido, a pretensão é problematizar os diferentes efeitos de sentidos ou de verdades promovidos pelos discursos de vários grupos que circularam nos dois principais jornais da capital do Paraná. Apóia-se nas idéias de Foucault, de Nietzsche, de Bakhtin e de Bourdieu, assim como nos jornais Gazeta do Povo e O Estado do Paraná, os quais nos possibilitam afirmar que a imprensa procurava explicitar a sua neutralidade, no entanto, esta neutralidade era aparente, pois a forma da sua abordagem criava tipos de sentidos para os episódios. Nestes termos, os enunciados dos agentes do Estado do Paraná, dos porta-vozes das diferentes instituições, da imprensa e de qualquer cidadão são modos de conferir sentidos a algum acontecimento, portanto, estão imbuídos de uma escala de valores convergentes ou divergentes – que expressavam uma ou mais concepção de verdade.

Palavras-chave: discurso; verdade; ideologia.

#### **ABSTRACT**

This article, on the one hand, aims at discussing the discourse, the language and the ideology problem. In this aspect, the discourse is understood as a type of

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação, com ênfase em História e Historiografia da Educação pela Universidade Federal do Paraná (2006); Mestre em Educação, pela Universidade Federal do Paraná (2002); Bacharel e Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (1999). Professor Adjunto no Departamento de Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Pesquisador na área temática: história, intelectuais e ensino superior. e-mail: ndoutorado@yahoo.com.br

sense, that is, a sense effect, an ideology, materialized into the language. On the other hand, it has as objective analyzing the debates established about the toll on the highways of Parana State, during December 2003 and beginning of February 2004, among government representatives, the toll highways administrators, the Judiciary representatives, other institutions, as well as the citizens of this State who expressed their ideas in the press columns of the State capital. Being so, the pretension is to question the different sense effect or truths promoted by the discourse of some groups which circulated in two important periodicals from Parana's Capital. It is based in ideas of Foucault, Nietzsche, Bakhtin and Bourdieu, as well as in the periodicals "Gazeta do Povo" and "O Estado do Paraná" which makes possible to affirm that the press looked for making explicit its neutrality, however, this neutrality was apparent, because the form of its reference to the theme created types of sense for the episodes. In these terms, the statements of Parana's State agents, of the toll administrators' representatives, of the spokesmen from different institutions, the press and any citizen are ways to confer sense to some event; therefore, they are impregnated of a scale of convergent or divergent values - which expressed one or more conception of truth.

Key word: discourse; truth; ideology.

### **Discurso: lugar de produção de sentidos**

Bakhtin, na obra **Marxismo e filosofia da linguagem**, afirma que todo discurso é ideológico. O termo ideologia é marcado sobremaneira pela polissemia, pois foi tema de diferentes autores. De acordo com Leandro Konder (2002), há uma distinção que estabelece um significado fraco e um significado forte. O primeiro é o que designa sistemas de crenças políticas, conjuntos de idéias e valores cuja função é orientar comportamentos coletivos relativos à ordem pública. O segundo é aquele em que o termo se refere, desde Marx, a uma distorção no conhecimento. Neste artigo, o sentido do termo ideológico não deve ser entendido no significado negativo ou restrito – como mecanismo que leva ao escamoteamento da realidade social, apagando as contradições que lhe são inerentes. Ao contrário, o termo ideológico deve ser tomado como uma visão, uma concepção de mundo de uma determinada comunidade social numa dada circunstância histórica. É nestes termos que afirmamos que todo discurso é ideológico.

O discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza, isto é, é um dos aspectos da existência material das ideologias. Con-

forme Bakhtin, em **Marxismo e filosofia da linguagem** (2002, p. 36).

A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social.

Os locutores criam representações do mundo, ou seja, dão explicações sobre o mundo. Por isso os enunciados são ideológicos, pois absorvem sentidos dados pelos grupos. Estas representações são veiculadas a fim de que os indivíduos acreditem que se trata da verdade, portanto, todo discurso feito pelos sujeitos precisa estar o mais próximo possível da realidade objetiva. O discurso das lutas de classes de Marx foi produzido num contexto em que a classe burguesa (dona dos meios de produção) e a classe proletária (força de trabalho) estavam em evidência. Nestes termos, falar em lutas de classes naquele momento e naquele lugar representava uma aproximação com a realidade objetiva. Para Marx, o sujeito não pode esconder suas opções e escolhas e a perspectiva de classe que orienta seu pensamento. Ou seja, "este é insepa-

rável da vida concreta, das relações sociais de produção, não tendo uma história interna, puramente lógica, alheia às tensões e lutas sociais” (REIS, 2003, p. 160). Para ele a sociedade é dividida, conflituosa e vive a tensão de classe, o que implica na impossibilidade de uma classe falar em nome da outra. Neste aspecto, cada classe organiza o mundo a partir de conceitos que estejam de acordo com seus interesses. Este posicionamento consiste na relatividade da verdade. Marx precisou dar um passo à frente, pois precisava estabelecer a objetividade de seu discurso. Neste aspecto, o

[...] critério que garantiria a verdade do conhecimento histórico seria a sua vinculação à classe revolucionária. Esta não tem interesse em esconder, camuflar, inverter, encobrir a exploração. Ao contrário, tem interesse em revelar, desnudar, (des)cobrir a exploração social, em denunciar o poder que a mantém e seus modos e artimanhas para se autolegitimar [...]. A verdade, por se ligar a interesses sociais, não é universal – é de um grupo social, de uma classe revolucionária. A verdade revolucionária é sustentada por um grupo social contra outro. Neste sentido, a verdade revolucionária não é universal – é parcial e histórica, mas objetiva. (REIS, p. 161).

Este discurso não indica que não seria possível estabelecer outras representações daquela realidade, mas que a explicação dada por Marx preconizou uma possibilidade e, neste sentido também ideológico. No nosso entendimento, para Marx, “o ponto de vista da classe revolucionária é mais real e mais universal, é verdade histórica encarnada, o que significa um retorno ao realismo metafísico” (REIS, 2002, p. 162).

Um dos pontos significativos da passagem do **Marxismo e filosofia da linguagem** é que os sentidos das palavras somente podem ser entendidos no contexto, ou seja, os enunciados precisam ser compreendidos nas circunstâncias históricas. Neste sentido, os conceitos de formação ideológica e de formação discursiva fundamentam as discussões em torno da relação entre ideologia e discurso. A formação discursiva constitui-se por enunciados marcados pelas

mesmas regularidades. A formação discursiva se define pela sua relação com a formação ideológica, isto é, os textos que fazem parte de uma formação discursiva remetem a uma mesma formação ideológica. Conforme Helena Brandão, na obra **Introdução à análise do discurso**, “são as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe [grupo], determinam ‘o que pode e deve ser dito’ a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada” (BRANDÃO, s. d., p. 38). O discurso feito pelo sujeito propõe uma visão de mundo, bem como visa gerar práticas/ações. Nestes termos, o discurso precisa ter eficácia. Mas afinal o que o torna eficaz? Pierre Bourdieu, na obra **A economia das trocas lingüísticas**, discute as condições sociais da eficácia do discurso. Para este autor a eficácia do discurso não está na palavra como sustentam Saussure, Austin e Habermas, mas está no seu exterior. Segundo Bourdieu, o discurso será eficaz se o locutor for autorizado e reconhecido, isto é, o locutor tem de ser um sujeito adequado. Além do sujeito adequado é preciso uma situação adequada, isto é, o lugar de onde se fará o discurso é fundamental. À medida que o sujeito está autorizado a discursar e, portanto, está instituído para falar, ele já foi notificado de sua identidade, foi designado. O sujeito sente-se intimado a ser conforme a sua definição, à altura de sua função.

Neste artigo entendemos que não é possível discutir o problema da linguagem como sinônimo apenas de comunicação. Ou seja, a noção de discurso não se opõe à gramática, nem é desta um mero complemento. Os grupos ao organizarem as maneiras de pensar estão operando no campo dos signos, isto é, na esfera ideológica. Para Bakhtin, “um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc” (BAKHTIN, 2002, p. 32). Segundo este pensador, a língua é um fenômeno puramente histórico. Nesta metodologia de estudo, os signos dos enunciados não são reduzidos a alguns sentidos, mas são entendidos nos contextos históricos dos homens, ou ainda, assumem sentido no domínio ideológico.<sup>2</sup>

<sup>2</sup>O mundo dos signos é o mundo do domínio ideológico. O domínio ideológico deve ser entendido como o conjunto de valores, de crenças, normas ou regras de conduta, de idéias, de visões de mundo que passam a vida dos homens concretos.

É preciso compreender a enunciação como o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados. A enunciação não se encerra na palavra, na fala. É necessário considerar a situação extraverbal, ou seja, a enunciação está carregada de idéias presumidas. E o presumido somente poderá ser entendido no contexto do enunciado, ou melhor, na situação extraverbal. Só se compreende de maneira ampla o enunciado na medida em que, metodologicamente, assume que os sentidos das palavras são dados na história. De acordo com Bakhtin, “a situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação. Os estratos mais profundos da sua estrutura são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o locutor” (BAKHTIN, 2002, p. 114).

No que diz respeito à relação situação verbal e extraverbal, Bakhtin faz as seguintes considerações:

De maneira alguma o discurso reflete a situação extraverbal do modo como um espelho reflete um objeto. O discurso analisa a situação, produzindo uma conclusão avaliativa. O enunciado concreto, sempre une os participantes que conhecem, entendem e avaliam a situação de maneira igual. O enunciado, conseqüentemente, depende de seu complemento real, material, para um e mesmo segmento da existência e dá a este material expressão ideológica e posterior desenvolvimento ideológico comum. A situação extraverbal se integra ao enunciado como uma parte constitutiva essencial da estrutura de sua significação (BAKHTIN, 1976, p. 5).

A estrutura da enunciação é de natureza social. É na estrutura social que se dão os elos da enunciação. É lá que se entendem os sentidos dos enunciados – na situação verbal e na situação extraverbal. As produções de idéias e do texto são processos fundamentalmente sociais. A consciência e a palavra individuais se constituem em meio a um processo de transformação dialógica da palavra do outro em palavra social. Em outros termos, as idéias são geradas socialmente no infinito e complexo diálogo que caracteriza o universo da criação cultural/social. É com base nesta discussão que passamos a analisar os efeitos de sentidos criados pelos grupos que debatiam sobre o problema das rodovias pedagiadas no Paraná, entre 2003 e 2004.

### **As estratégias discursivas sobre o problema do pedágio nas rodovias do Estado do Paraná**

No que diz respeito ao nosso objeto de discussão é interessante, rapidamente, contextualizar a questão. A concessão de rodovias paranaenses começou em 1996, com a lei 9.277, sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que autorizava a União a delegar estradas federais aos Estados. O governo de Jaime Lerner assinou o acordo com o governo federal, ainda em 1996 e, em 1997, o Estado do Paraná e seis concessionárias assinaram os contratos de concessão de estradas pelo período de vinte e quatro anos (1997-2021), resultando que a partir de 1998 em uma parte das rodovias paranaenses passou a ser cobrado pedágio.

Em 2002, no ano eleitoral, Roberto Requião, concorrendo ao governo do Paraná, usou o slogan “ou o pedágio abaixa, ou acaba” como um dos principais ícones de campanha política. Não queremos discutir se este slogan contribuiu ou não para a sua vitória diante de seu adversário, Álvaro Dias. Ao assumir o governo, criou em março, na Assembleia Legislativa, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os contratos firmados no governo Lerner entre o Estado do Paraná e as concessionárias responsáveis pelas rodovias estaduais. No dia 24 de junho, os deputados aprovaram o projeto que autorizava ao governador encampar as praças de pedágio; em 24 de novembro, uma auditoria feita pelo DER-PR divulgou um relatório afirmando que as empresas estavam cometendo uma série de irregularidades.

Com esta sintética contextualização, acreditamos que o debate travado entre os grupos, no período circunscrito entre o final de 2003 e início de 2004, torna-se mais fácil de ser compreendido. Isso não implica em afirmar que a nossa interpretação dará conta de trazer à luz os diferentes processos de instituição de enunciados, de mostrar as lacunas, os espaços em branco mais significativos, o que não foi dito ou foi recalçado e que permitiu erigir determinados conceitos e eclipsar outros. Não obstante, há o desejo, de quem está escrevendo, de trazer à tona o que não está oculto e nem está visível nos discursos sobre o pedágio nas rodovias paranaenses.

O elemento circunstancial da discussão promovida no final de 2003 e no início de 2004 foi o reajuste das tarifas de pedágio. Imagine, você leitor, que representação circularia, na época de festa de final de ano, a respeito do governo que foi eleito defendendo o slogan “ou o pedágio abaixa, ou acaba”, se os valores fossem reajustados? O debate sobre o pedágio ganhou maior relevância porque as concessionárias apresentaram ao DER a planilha de reajuste que valeria a partir de 01 de dezembro, no entanto este órgão não autorizou o aumento dos preços, o que era de se esperar, pois não existia outra posição a ser tomada por este departamento governamental. Não seria possível que um órgão do governo Roberto Requião autorizasse o reajuste proposto pelas concessionárias. Em outras palavras, a postura do diretor-geral do DER, que ocupava cargo de confiança, endossou a ação adotada pelos outros agentes do Estado em relação a tal questão. Em contrapartida, as concessionárias recorreram à justiça, alegando que estavam no direito contratual de reajustar as tarifas. A partir de então, a disputa entrou no judiciário; surge a figura da justiça, da medida, da balança; parece que a solução estava iminente, pois a imagem do juiz imparcial é fortíssima, na cultura brasileira. Ledo engano, pois os dois lados usaram argumentos diversos a fim de receber respaldo judicial como meio de evidenciar o que acreditavam ser a “verdade”.

No bojo desta disputa, **O Estado do Paraná**, estampou: “justiça nega pedidos de quatro concessionárias”, e mais, “é a pá de cal no reajuste pretendido pelas empresas de pedágio” (O ESTADO DO PARANÁ, 06 dez. 2003, p. 3). Ao longo desta matéria, este periódico indicava que “os levantamentos realizados nas planilhas contábeis das cinco concessionárias de pedágio que ainda não entraram em acordo com o governo do Estado **revelam cada vez mais o privilégio aos lucros em detrimento aos investimentos nas rodovias do Paraná**” (p. 3, grifo nosso). Além disso, afirmava que o lucro destas concessionárias foi de R\$ 353,4 milhões, no ano de 2002. E asseverava que “desse valor, as concessionárias alegam ter investido R\$ 73 milhões em obras de melhoria e ampliação de capacidade, ou 20,5% de toda a sua receita do ano passado” (p. 3). A autora apresentou no decorrer de sua redação os números de cada uma das

concessionárias, comparando a arrecadação com o investimento realizado em obras. Ela concluiu esta parte que tratava dos privilégios concedidos às concessionárias (cujo título secundário era “privilégio aos lucros”), afirmando que “muitas dessas obras foram realizadas por empreiteiras próprias das concessionárias, sem concorrência e sem fiscalização” (ESTADO DO PARANÁ, 06 dez. 2003, p. 3). O jornal afirmou que os dados apresentados pela Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias (ABCR) eram suspeitos. Esta afirmação estava fundamentada nos números apresentados pela concessionária “Caminhos do Paraná” que:

Esta semana assinou acordo com o governo do Estado para reduzir as tarifas de pedágio no lote 4 [Curitiba-Guarapuava], **dão conta que a previsão de investimento em obras nos 388,8 km de rodovias que administra, no período de 2004-2021, são de R\$ 315 milhões e não de R\$ 613 milhões como a ABCR insiste em divulgar**” (p. 3, grifo nosso).

O jornal publicou as observações do diretor-geral do DER, nas quais ele dizia que “os argumentos, me parece, foram maquiados para confundir novamente a população. Esse é o tipo de manobra que, ao invés de contribuir, serve apenas para enganar a opinião pública, obstruindo o acesso à informação correta” (p. 3). Além destas, o periódico tecia alguns comentários sobre a decisão da justiça, ao dizer que o “juiz destacou que o interesse público deve prevalecer sobre a pretensão das concessionárias e mencionou que, de acordo com o que expressam os meios de comunicação, há uma indignação da sociedade em relação aos valores atuais do pedágio” (p. 3). As concessionárias apelaram para a justiça alegando que o DER não apresentou em cinco dias uma contraproposta de reajuste e, que, portanto, estariam no direito de aplicar a planilha original. Sobre este argumento, o jornal destacou o posicionamento da justiça: “o Poder Concedente [DER] não homologou os reajustes, impugnando expressamente as planilhas apresentadas pelas concessionárias e solicitando novos elementos para concluir auditoria que visa corrigir divergências nos cálculos da tarifa básica” (p. 3). Estas passagens que citamos do referido jornal faziam parte da matéria que tratava do

indeferimento da justiça sobre o pedido de reajuste feito pelas concessionárias. O leitor deste jornal não lia somente o posicionamento da justiça, pois o redator estrategicamente distribuiu uma série de números, à esquerda, antes de o leitor se deparar com os comentários feitos sobre a posição da justiça. O leitor foi induzido a acreditar que a decisão da justiça foi imparcial e correta. Não queremos entrar no mérito se o juiz agiu correto ou não, mas na forma como este periódico retratou o episódio a fim de qualificar a atitude da justiça.

Outro jornal da capital paranaense, **Gazeta do Povo**, retratou a posição da justiça, onde estampou o título “justiça barra reajuste do pedágio – concessionárias vão recorrer no TRF de decisão favorável ao governo do Estado”. E mais, “juiz se baseia em ‘indignação da sociedade’, parecer do DER e auditoria”. Há uma diferença enorme na forma como foi apresentado o episódio, entre estes órgãos de comunicação. Neste jornal não se fez referência a números, ou seja, a arrecadação e a investimento realizado nas obras. Em contrapartida, fez-se menção a decisão do TRF de Porto Alegre que “suspendeu ontem a liminar que permitia ao governo do Estado a encampação dos serviços de pedágio administrados pelas seis concessionárias de rodovias do Estado, sem a instauração de processo legal” (GAZETA DO POVO, 06 dez. 2003, p. 5). Dizer que a justiça deu causa favorável às concessionárias sobre o projeto de encampação do governo foi uma forma de minimizar o impacto da decisão contrária ao reajuste. O jornal **O Estado do Paraná**, por outro lado, não fez referência à sentença do TRF de Porto Alegre, porém apresentou diversos dados favoráveis ao governo. A **Gazeta do Povo** sustentou também, que as negociações com as concessionárias não estavam avançando. Sobre este aspecto afirmava que “as negociações entre o governo do Estado e as concessionárias “Econorte” e “Rodovia das Cataratas”, com o objetivo de reduzir as tarifas, a exemplo do que aconteceu com a “Caminhos do Paraná”, não evoluíram nessa semana” (p. 5). É mais um sinal de derrota do governo, pois era público que o chefe do Executivo pretendia negociar com as concessionárias. Ele usou o acordo com a “Caminhos do Paraná” como o primeiro passo para baixar os preços do pedágio.

Na passagem do jornal **O Estado do Paraná**

que citamos no começo deste ensaio se explicitava o interesse do governo em fechar acordo com as concessionárias. Observemos novamente: “os levantamentos realizados nas planilhas contábeis das cinco concessionárias de pedágio que **ainda** não entraram em acordo com o governo [...]” (O ESTADO DO PARANÁ, 06 dez. 2003, p. 5, grifo nosso). Destacamos o termo “ainda” para afirmar que ao governo o acordo era uma questão de tempo. Ao dizer que as tentativas de acordo do governo com as demais concessionárias não avançaram, o redator da **Gazeta do Povo** visava enfraquecer a sentença favorável ao governo. Na mesma matéria o redator dizia que a concessionária “Caminhos do Paraná”, após acordo com o governo, passaria a cobrar pedágio próximo à cidade de Lapa. Este órgão asseverava que esta “concessionária ganhou o direito de administrar o trecho, nesta semana, por meio do acordo com o governo, **pelo qual reduziu as tarifas em 30%, ficando desobrigada de fazer uma série de novas obras**” (GAZETA DO POVO, 06 dez. 2003, p. 5, grifo nosso). Esta passagem foi fundamental para este jornal marcar que o acordo entre as partes resultou, por um lado, na redução do valor do pedágio e, por outro, na conquista do direito por parte da concessionária de cobrar na Praça da Lapa e somente conservar as estradas, desobrigando-se de fazer investimento em novas obras. O efeito de sentido é muito diferente, pois em ambos os jornais, o leitor foi induzido a interpretações divergentes sobre os acontecimentos.

O acordo entre governo e “Caminhos do Paraná” mereceu da imprensa uma série de comentários. A **Gazeta do Povo** afirmou que o “acordo prevê reabertura de praça de cobrança na Lapa, que o Estado fizera fechar” (GAZETA DO POVO, 04 dez. 2003, p. 3). O título principal da matéria deste jornal foi “Concessionária reduz pedágio, e governo assume novas obras” (p. 3). Este título deixou os cidadãos apreensivos, pois o poder público se mostrava um péssimo prestador de seus serviços. Neste sentido, afirmar que o governo seria responsável por novas obras representava marcar no leitor a possibilidade de que as outras rodovias continuariam ou seriam de péssima qualidade. Em outros termos, havia um discurso muito forte sobre os serviços públicos, ou melhor, de que os serviços prestados pelos órgãos do governo eram deficitários. No que diz respeito às rodovias, a descrença

sobre a competência do governo era hegemônica. O periódico explorava de maneira explícita o imaginário dos paranaenses a fim de evidenciar o equívoco do acordo feito pelo governador. No decorrer da matéria, o jornal afirmava que:

Em troca da redução da tarifa, o modelo de concessão será mudado e a empresa fica desobrigada de realizar as obras de infra-estrutura que estavam previstas no atual contrato, que somam R\$ 613 milhões até 2021. Além disso, foi autorizado o funcionamento da praça de pedágio da Rodovia do Xisto, no município da Lapa, que fora fechada por ação do governo (GAZETA DO POVO, 04 dez. 2003, p. 3).

Este jornal visava mostrar ao leitor que o discurso do governo afirmando que a negociação com a “Caminhos do Paraná” representou uma vitória, não passava de demagogia. Esta pretensão foi reiterada de modo explícito quando afirmou que “para a diminuição do pedágio anunciada ontem, a Caminhos do Paraná vai deixar de investir em duplicação da BR-277, uma das principais vias para escoamento da produção agrícola do Estado pelo Porto de Paranaguá” (p. 3).

A referência ao valor que deveria ser investido não foi o mesmo apresentado pelo jornal **O Estado do Paraná**. Segundo este jornal, R\$ 613 milhões foram os valores apresentados pela ABCR, sendo que a Caminhos do Paraná indicou de que seriam R\$ 315 milhões. O redator da **Gazeta do Povo** fez referência a uma série de cálculos a fim de evidenciar o problema que os paranaenses enfrentariam com a pretensão de estabelecer acordos com todas as concessionárias. Conforme o jornal, “caso o governo do Estado consiga negociar com as outras cinco empresas a implantação do modelo de pedágio de manutenção, as empresas deixarão de investir R\$ 3,3 bilhões nas rodovias até o fim dos contratos, em 2021 (GAZETA DO POVO, 04 dez. 2003, p. 3). De outro lado, de acordo com a assessoria do Palácio do Iguazu, no orçamento de 2004 que estava sendo discutido na Assembleia Legislativa:

Estavam previstos R\$ 110,9 milhões para serem investidos em todas as estradas do Paraná, estaduais e federais delegadas pela União. **Se todo esse dinheiro fosse destinado somente para**

**as rodovias pedagiadas, deixando de lado todas as outras estradas, seriam necessários pelo menos 30 anos para compensar os investimentos que seriam feitos pelas concessionárias** (p. 3, grifo nosso).

A partir do dia 04 de fevereiro de 2004, a tabela de preços de pedágio foi reajustada. Foi uma derrota do governo, pois para ele era inaceitável que a justiça concedesse liminar favorável às concessionárias. Não houve dúvida de que o governo reagiu à decisão da justiça. Sobre este episódio, a **Gazeta do Povo**, publicou uma parte do comentário do governador sobre a decisão da justiça: “nós ganhamos na justiça até agora todas as paradas contra o aumento abusivo do pedágio. Mas de repente, uma juíza substituta resolve dar uma liminar que certamente o titular não daria” (GAZETA DO POVO, 03 fev. 2004, p. 12). A observação do governador foi publicada de forma menos ostensiva no jornal **O Estado do Paraná**, pois relatou que o governo afirmou que a decisão da juíza foi “uma mágica jurídica” (O ESTADO DO PARANÁ, 03 fev. 2004, p. 5). E mais:

Com a sentença da juíza substituta, ou sem ela, nós estamos reiniciando o processo de decadência por inadimplência das empresas e está iniciando o processo de desapropriação de duas delas. Desapropriadas, nós vamos saber começar a ver com exatidão o custo do pedágio, mais do que isso, o que fizeram com o dinheiro emprestado do BNDS (p. 5).

O governo minimizou o impacto da decisão da juíza ao afirmar que “temos uma comissão séria que verificou que o atual preço é exagerado, que precisa ser reduzido. Temos o pedágio de uma juíza substituta que contrariou todos os outros juízes que julgaram o processo antes. Mas acredito que o TRF vai rever o pedágio da juíza” (p. 5).

O governo visava marcar a competência de sua comissão de investigação, bem como a seriedade das decisões de outros juízes (titulares) em detrimento da decisão da Juíza em exercício da 9ª. Vara da Justiça Federal em Curitiba, Ivanise Correa Rodrigues. Ao se referir à decisão da juíza, o governo usou os termos - “mágica” e “substituta” - que têm significados extremamente pejorativos, no imaginário popular. A palavra

mágica indica o ato de enganar, ou ainda, o não racional. O segundo termo estabelece uma hierarquia no nosso imaginário, isto é, substituto é o não titular, portanto, aparentemente menos competente. Ora, fazer uso destes termos implicou criar um sentido depreciativo sobre a decisão despachada pela juíza. Entretanto, a Associação Paranaense dos Juizes Federais declarou repúdio às observações do governador, pois “além de ser ofensiva à juíza, a declaração do governador afronta a soberania e a autoridade das decisões do Poder Judiciário” (GAZETA DO POVO, 04 fev. 2004, p. 12). Além do mais, a nota esclarece que na esfera jurídica, a denominação “juiz substituto não representa limitação à competência ou à autoridade do magistrado. Ao contrário, juiz federal e juiz federal substituto repartem de modo igualitário o poder jurisdicional, não havendo entre eles qualquer elo de hierarquia ou subordinação” (p. 12). Estes dois jornais imprimiram interpretações diferenciadas sobre o mesmo episódio ao privilegiarem certos comentários e determinadas formas de organizar suas publicações.

Os dois periódicos publicaram inúmeros comentários de associações e de leitores que expressavam suas posições sobre a disputa entre as concessionárias e o governo. Na Coluna do Leitor, da **Gazeta do Povo**, entre os dias 09 e 12 de dezembro, foram publicados seis observações sobre esta situação, nas quais a maior parte questionava o acordo feito pelo governo. Observemos alguns comentários: “tenho dúvidas. O governo terá o dinheiro para as obras de infra-estrutura? Não foi a falta de dinheiro o principal motivo alegado para a privatização?...” (GAZETA DO POVO, 09 dez. 2003, p. 11). Um outro, “realmente, as tarifas devem ser baixadas, mas é um absurdo cobrar pedágio na Lapa...” (p. 11). Um terceiro afirma que a BR-277 não estava sinalizada, pois dizia que não viu “nenhum olho de gato na pista... Lamento a falha. Na BR-101, que não é pedagiada, a rodovia é muito bem sinalizada...” (p. 11). Em relação a este último comentário, ressaltamos que a Ecovia teve espaço na mesma coluna, numa outra edição, para responder a esta manifestação. No dia 11 de dezembro, foram publicadas duas notas, uma expressando apoio e outra questionando o governo. A primeira dava parabéns ao governador e dizia “é assim que se trabalha. Ninguém anunciava e poucos acreditavam”. A outra afirmava: “será que o governador fará os investimentos necessários, assim

como tem feito nas outras estradas que se encontram em estado deplorável, matando muitos paranaenses? Tirará dinheiro da segurança, educação e saúde?” (11 dez. 2003, p. 15). Uma opinião do dia 12 manifestava que “o Palácio Iguazu mandou a polícia invadir os pontos de pedágio a fim de evitar que as concessionárias ajustassem as tarifas contratuais em cerca de 15%. Ao mesmo tempo, o Palácio Iguazu anunciou o aumento das tarifas de energia em cerca de 15%...” (12 dez. 2003).

Em fevereiro de 2004, este órgão publicou, na Coluna do Leitor, um artigo do Sr. Luiz Anselmo Tronbini, Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Paraná (FETRANSPAR), no qual afirmava que “a maneira agressiva, às vezes mais política do que técnica, com que o tema vem sendo tratado, provoca, como primeiro efeito, a desconfiança do empresariado potencialmente interessado em realizar investimentos no Paraná” (GAZETA DO POVO, 05 fev. 2004, p. 11). Existia um discurso muito forte se contrapondo à postura do Paraná de assumir o controle de atividades que foram concedidas à iniciativa privada. O governo do Paraná retomou o controle sobre a Copel, sinalizou em reestatizar o antigo Banestado e, posicionou-se favorável em retomar a direção da Ferroeste. O artigo afirmava que esta postura era contrária às administrações políticas daquele contexto. A imprensa nacional, particularmente, os jornais **O Estado de São Paulo** e **Valor Econômico** imputavam às ações do governo do Paraná um caráter retrógrado. A **Gazeta do Povo** transcreveu alguns artigos do jornal **Valor Econômico**, nos quais se afirmava que a decisão do governo Roberto Requião em estatizar as concessionárias de rodovias tem uma eficácia menor do que seu impacto político. De acordo com os artigos, “além de abrir uma guerra jurídica entre as duas partes, a medida tende a gerar um quadro de instabilidade institucional, com risco de afugentar novos investimentos na economia paranaense” (GAZETA DO POVO, 13 jan. 2004, p. 13). No decorrer do artigo foram usados diversos argumentos de autoridade a fim de evidenciar o equívoco do governo do Paraná. Um deles é do professor de economia, Walter China, no qual afirmava que “se um governo atua de forma instável, tentando quebrar regras de contratos, gera instabilidade e o investidor não vem, independente da legalidade das medidas” (p. 13). Um outro argu-

mento de autoridade foi do professor Arnoldo Wald que indicava “se efetivada, essa iniciativa deve provocar prejuízos maiores não só financeiros como também para a imagem do Brasil” (p. 13).

Os artigos faziam diversas outras afirmações que reiteravam o discurso de defesa do cumprimento da política de privatização. Um representante do Grupo CR Almeida, segunda maior concessionária do país, afirmava que “já ouvimos do nosso sócio estrangeiro que ele não quer mais investir no Paraná... Isso arranha a imagem do governo federal... É um estrago político para todo o país” (p. 13). Outro executivo afirmava que “se há quebra de contrato, qual vai ser o investidor disposto a pôr seu dinheiro” (p. 13).

A **Gazeta do Povo** transcreveu, também, um artigo do jornal **O Estado de São Paulo**, no qual a postura de Requião foi denominada de retrógrada. Neste artigo, afirmava-se:

Se já em sua campanha eleitoral escolhera as concessionárias rodoviárias como o alvo predileto de suas violentas diatribes de palanque, logo depois que assumiu o governo prestou sua colaboração a todos os ataques e vandalismo praticados contra as empresas contratadas pelo Estado para cuidar das estradas do Paraná – determinando que a Polícia Militar apenas assistisse, impassível, às invasões, ocupações e depredações de praças de pedágio, praticadas por caminhoneiros e militantes dos Sem-Terra (03 jan. 2004, p. 13).

Este artigo não poupava palavras para desaprovar a política do governo Requião. Afirmava que para os investidores:

Não interessam as características de (ou falta de) equilíbrio emocional – para não dizer excesso de irresponsabilidade de governantes... Na prática, quem responde por isso é o próprio país... O mínimo a dizer é o que a iniciativa restatizadora do governador Requião não significará descrédito, apenas, para o Estado do Paraná. Certamente, o país sofrerá as conseqüências desse comportamento demagógico e irresponsável (p. 13).

A **Gazeta do Povo** afirmava que transcreveu estes artigos a pedido da ABCR, não obstante, ao transcrever assumia a co-autoria deste ponto de vista. Nestas passagens o redator visava convencer o leitor de

que havia uma forma de governar, qual seja, de criar políticas públicas atrativas para o investimento externo, ou melhor, nestes enunciados está o não dito, qual seja, o discurso de privatização dos serviços públicos ou o discurso do Estado Mínimo.

O jornal **O Estado do Paraná**, por sua vez, apresentava uma série de enunciados que visavam promover um determinado discurso e eclipsar um outro. Este periódico, por exemplo, afirmava que o pedágio afetava o transporte da safra agrícola. Ele fazia menção às declarações do Vice-Governador do Paraná ao afirmarem que “o modelo de concessão praticado pelas concessionárias já é perverso e, agora, com o reajuste, a perversidade aumenta porque vai prejudicar todo o setor produtivo do Paraná, especialmente o setor agrícola, que está colhendo, neste momento, a maior safra de soja dos últimos anos” (01 fev. 2004, p. 3). Este órgão publicou na mesma matéria comentários dos prefeitos do litoral e do Presidente do Sindilitoral, os quais condenavam o reajuste das tarifas de pedágio concedido pela justiça. O argumento era financeiro, pois todos afirmavam que o reajuste impedia maior mobilidade de turistas para o litoral.

No mês de dezembro de 2003, este jornal já afirmava apoio de inúmeras instituições às ações do governo Requião. Uma das manifestações foi do Movimento União Brasil Caminhoneiro do Paraná (MUBC), o qual salientava que era “solidário ao apelo do governador Roberto Requião, que em pronunciamento na rádio e na televisão educativa conclamou toda a sociedade a protestar contra as tarifas praticadas pelas concessionárias” (O ESTADO DO PARANÁ, 03 dez. 2003, p. 3). O MUBC manifestava que o Paraná deveria “servir como exemplo, principalmente se adotar o pedágio de manutenção que é o mecanismo mais racional para manter as rodovias em condições de uso” (p.3). É interessante contrapor a esta opinião as observações do Sr. Trombini, Presidente da FETRANSPAR:

Interessa-nos um pedágio vinculado não apenas à boa conservação, mas também à continuidade do processo de modernização das estradas, com as restaurações, ampliações e duplicações ainda tão necessárias. É preciso que tais melhorias atinjam também os milhares de quilômetros de rodovias estaduais e federais hoje em situação deplorável (GAZETA DO POVO, 05 fev. 2004, p. 12).

O autor deste artigo foi mais enfático, ainda, ao afirmar:

Não nos parece salutar, portanto, a proposta do governo estadual de implantar o chamado ‘pedágio de manutenção’, por meio do qual teríamos as atuais – **e apenas as atuais** – rodovias bem conservadas, mas não teríamos a garantia de expansão e modernização da malha, porque a satisfação desses quesitos ficaria dependente de recursos públicos (p. 12, grifo nosso).

### Considerações finais

A imprensa tentava mostrar-se imparcial. Porém, ela filtrava o que seria publicado e decidia como publicar a partir de uma escala de valores que queria promover. A **Gazeta do Povo** publicou uma série de artigos que visavam no seu conjunto reiterar um determinado discurso e eclipsar um outro. Não foi deferente com o jornal **O Estado do Paraná** que publicava inúmeros artigos que objetivavam promover uma visão de mundo, de sociedade e deslegitimar uma outra. A postura da imprensa procurava ser de neutralidade, isto é, buscava explicitar a sua neutralidade. No entanto, esta neutralidade era aparente, pois a forma da sua abordagem trazia imagens positivas e negativas, portanto, a imprensa criava sentidos para os episódios. E todo sentido criado é ideológico à medida que o conferir sentido a um acontecimento é, também, o conferir valores, ou seja, os sentidos são atribuídos a partir de uma determinada escala de valores que se quer promover. Os enunciados proferidos visavam representar uma verdade, pois tanto aquele que falava/escrevia como aquele que escutava/lia desejavam a verdade. Neste sentido, os enunciados indicavam a vontade de conhecer, enfim, de dizer a verdade. Entretanto, conforme Nietzsche, conhecimento não passa de uma interpretação, de uma atribuição de sentidos, sem jamais ser uma explicação da realidade. Nestes termos, os enunciados dos agentes do governo do Paraná, dos representantes das administradoras de pedágio, dos porta-vozes das diferentes instituições, da imprensa e de qualquer cidadão são modos de conferir sentidos a um determinado acontecimento, portanto, estão imbuídos de uma escala de valores convergentes ou divergentes – que expressavam uma ou mais concepção de

verdade. Todos estes grupos ao falarem acreditavam estar de posse da verdade. É o que Foucault chamava de desejo de verdade. E para este autor “a vontade não cessa de se reforçar, de se tornar mais profunda e mais incontornável” (FOUCAULT, 2002A, p. 19). O discurso é um efeito de sentido, uma posição, uma ideologia, materializada na língua, portanto é o lugar de disputa dos grupos sociais, pois é nesta posição que são criados os diferentes sentidos para a realidade.

### REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. Discourse in life and discourse in art- concerning sociological poetic. **Freudismo**. New York: Academic Press, 1976.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 2002.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Unicamp, s. d.
- FOUCAULT, M. (A) **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- \_\_\_\_\_. (B) **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2002.
- GAZETADO POVO. Curitiba. 2003/2004.
- KONDER, L. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MACHADO, R. **Nietzsche e a verdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- NIETZSCHE, F. **A filosofia da idade trágica dos gregos**. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.
- \_\_\_\_\_. **O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- O ESTADO DO PARANÁ. Curitiba. 2003/2004.
- PASCHOAL, A. E. **A genealogia de Nietzsche**. Curitiba: Champagnat, 2003.
- POSSENTI, S. **Os limites do discurso**. Curitiba: Criar Edições, 2002.
- REIS, J. C. **História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SIMÕES, M. C. **Nietzsche, a escrita e a moral**. Campinas: Alínea, 2003.